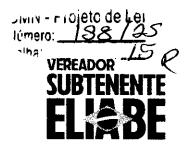


PALÁCIO PADRE MIGUELINHO Gabinete do Vereador Subtenente Eliabe



PROJETO DE LEI N. 188/2025

PROPOSIÇÃO:

Vereador Daniell Rendall

EMENTA:

Institui o Programa de Incentivo à Gestão Escolar de Alta

Performance no Município de Natal e dá outras providências.

COMISSÃO:

Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização

1 – RELATÓRIO

Chega à análise desta Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização o Projeto de Lei nº 188/2025, de autoria do nobre Vereador Daniell Rendall, que "Institui o Programa de Incentivo à Gestão Escolar de Alta Performance no Município de Natal e dá outras providências."

O projeto, protocolado em 07 de abril de 2025, foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitiu parecer favorável, atestando a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa adequadas, bem como a inexistência de proposição similar, conforme certidão emitida em igual data.

2-DO OBJETO DO PROJETO

A proposição destina-se a reconhecer e estimular a excelência na gestão das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, por meio da criação do selo "Gestão de Excelência", concedido anualmente às unidades que alcançarem ou superarem a meta pactuada para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município de Natal.

As escolas agraciadas com o selo farão jus a prêmios financeiros e recursos adicionais destinados à melhoria da infraestrutura e ao desenvolvimento de projetos pedagógicos inovadores. Ademais, será garantida aos diretores das instituições que atinjam as metas uma gratificação adicional correspondente a um décimo terceiro salário, como forma de valorização do mérito profissional e estímulo à gestão eficiente.

JOMISSÕES TÉCNICAS RECEBIDO Em. <u>2015 195</u>

Telefone: (84) 9 8106-0190

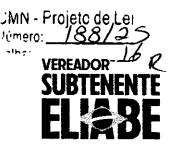
E-mail: contato@subtenenteeliabe.com.br

Endereço de gabinete parlamentar: Câmara Municipal de Natal - Rua Jundiaí, 546 - Tirol, Natal - RN, CEP: 59020

COMISSÕES TÉCNICAS RECEBIDO Em, 44 05 100



PALÁCIO PADRE MIGUELINHO Gabinete do Vereador Subtenente Eliabe



3 - DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

Conforme o art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual. A Lei Orgânica do Município de Natal, em seu art. 15, inciso I, reforça essa competência, atribuindo à Câmara Municipal a prerrogativa de legislar em matéria de interesse local.

Dessa forma, é plenamente legítima a edição de normas municipais que visem aprimorar a gestão escolar e promover incentivos à qualidade do ensino, sem usurpação de competência de outras esferas federativas.

4 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A fundamentação jurídica do presente parecer contempla os seguintes dispositivos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Aplicabilidade:

Esse artigo fundamenta a competência do Município de Natal para criar leis que tratem de temas como a valorização da gestão escolar em sua rede de ensino. O programa é de interesse local e suplementa normas nacionais (como LDB e PNE), o que torna legítima sua criação.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX – educação, cultura, ensino e desporto.

Aplicabilidade:

A educação é uma competência concorrente. A União define diretrizes gerais (como a LDB), mas os Municípios podem legislar sobre aspectos específicos, como programas de incentivo à performance escolar. O programa proposto respeita e se insere nessa lógica.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Telefone: (84) 9 8106-0190

E-mail: contato@subtenenteeliabe.com.br



PALÁCIO PADRE MIGUELINHO Gabinete do Vereador Subtenente Eliabe



Aplicabilidade:

O programa deve estar alinhado a esses princípios. Ao premiar gestores com base em critérios objetivos de desempenho, busca-se reforçar a eficiência e moralidade administrativa, valorizando resultados mensuráveis e a boa gestão escolar.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Aplicabilidade:

Os recursos para o Programa de Incentivo à Gestão Escolar de Alta Performance devem estar inseridos nos 25% mínimos exigidos para aplicação em educação. Trata-se de uma iniciativa que contribui para o desenvolvimento do ensino e pode, portanto, ser financiada dentro desse percentual.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Lei nº 9.394/1996)

Art. 3. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...)

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar; (...)

IX – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Aplicabilidade:

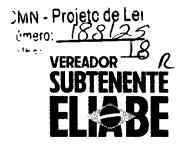
O artigo reforça a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática, fundamentos centrais do programa proposto. O incentivo à alta performance está em sintonia com esses princípios, estimulando a excelência na administração escolar.

Telefone: (84) 9 8106-0190

E-mail: contato@subtenenteeliabe.com.br



PALÁCIO PADRE MIGUELINHO Gabinete do Vereador Subtenente Eliabe



Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Aplicabilidade:

O programa deve ser implementado de forma a respeitar os princípios da gestão democrática, com envolvimento da comunidade escolar na definição de metas e critérios de avaliação, promovendo transparência e legitimidade.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Aplicabilidade:

A bonificação por desempenho deve respeitar a autonomia das escolas, estimulando a responsabilidade pela gestão dos resultados. O programa pode ser um instrumento para fortalecer essa autonomia com foco em resultados.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Lei nº 13.005/2014)

Meta 19 – Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

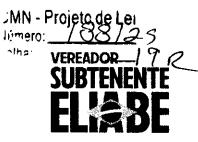
Aplicabilidade:

Essa meta apoia diretamente o espírito do programa. O incentivo à gestão escolar de alta performance se insere na política de valorização do mérito e desempenho, promovendo a qualidade do ensino como política pública estratégica.

Telefone: (84) 9 8106-0190



PALÁCIO PADRE MIGUELINHO Gabinete do Vereador Subtenente Eliabe



FUNDEB (Lei n° 14.113/2020)

Trecho relevante:

"A lei prevê a possibilidade de destinação de parte dos recursos do Fundeb para ações de valorização dos profissionais da educação, inclusive com base em desempenho, conforme regulamentação local."

Aplicabilidade:

O programa pode ser financiado, total ou parcialmente, com recursos do Fundeb, desde que atenda aos critérios de valorização vinculados ao desempenho. A legislação atual permite essa vinculação, reforçando a legalidade e viabilidade financeira da proposta.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LC n° 101/2000)

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Aplicabilidade:

Qualquer despesa com gratificação ou premiação deve seguir esses dispositivos. O PL observa esse requisito, o que garante sua regularidade orçamentária.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Aplicabilidade:

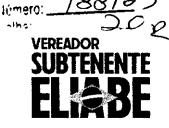
Caso o programa tenha caráter permanente, deve estar compatível com o PPA, LDO e LOA. O art. 4º do PL afirma que as despesas correrão por conta de dotações próprias, em conformidade com esse dispositivo.

Telefone: (84) 9 8106-0190

E-mail: contato@subtenenteeliabe.com.br



PALÁCIO PADRE MIGUELINHO Gabinete do Vereador Subtenente Eliabe



JMN - Projets

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NATAL

Art. 108, § 1º – Os projetos de lei que importem em criação ou aumento de despesa serão acompanhados da estimativa do seu impacto orçamentário-financeiro.

Aplicabilidade:

Esse dispositivo municipal reproduz os princípios da LRF no plano local. O projeto atende à exigência, conforme mencionado em seu art. 4º, garantindo a legalidade da iniciativa.

5 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O projeto observa os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, indicando fonte de custeio e não criando cargos ou encargos permanentes. A recomendação, para fortalecimento da transparência, é que o Executivo, ao regulamentar, detalhe o montante anual destinado ao programa, metas e indicadores de avaliação de resultados.

6 – LEGISLAÇÃO COMPARADA

1. Fortaleza/CE - Lei nº 10.519/2016 (Prêmio Escola Nota 10):

Institui o Prêmio Escola Nota 10 no âmbito da rede municipal de ensino de Fortaleza. O objetivo é reconhecer e valorizar escolas públicas com melhor desempenho no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O prêmio é concedido anualmente às unidades escolares que atingem metas de qualidade na aprendizagem e no fluxo escolar. A premiação pode incluir incentivos financeiros e simbólicos, incentivando a melhoria contínua da educação.

2. Salvador/BA – Lei nº 9.330/2018 (Selo Escola Modelo):

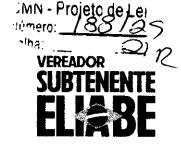
Cria o Selo Escola Modelo, conferido às unidades escolares da rede municipal de Salvador que apresentem excelência na gestão, infraestrutura, desempenho educacional e práticas pedagógicas inovadoras. Além do selo, há previsão de premiação financeira para as escolas que obtiverem esse reconhecimento. O intuito é valorizar o esforço coletivo de gestores, professores, alunos e comunidade escolar na busca por uma educação de qualidade.

Telefone: (84) 9 8106-0190

E-mail: contato@subtenenteeliabe.com.br



PALÁCIO PADRE MIGUELINHO Gabinete do Vereador Subtenente Eliabe



3. Campinas/SP - Decreto nº 8.123/2021 (Bonificação por Resultados):

Regulamenta a concessão de bonificação por resultados aos diretores das unidades escolares municipais com base em indicadores de desempenho escolar. A bonificação é condicionada ao alcance de metas específicas de aprendizagem, gestão e desempenho educacional, conforme critérios previamente estabelecidos. A medida busca incentivar a responsabilidade e a eficiência na condução das escolas públicas.

7 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei nº 188/2025 atende a todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, sendo plenamente compatível com o planejamento orçamentário municipal. Sua aprovação representará significativo avanço na qualidade da gestão escolar e valorização dos profissionais da educação de Natal.

8 - VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, **VOTO FAVORAVELMENTE** ao do Projeto de Lei nº 188/2025, mantendo-se íntegro o mérito da proposta quanto à criação do Programa de Incentivo à Gestão Escolar de Alta Performance no Município de Natal.

Natal/RN, 16 de maio de 2025.

Respeitosamente,

Subtenente Eliabe

Vereador de Natal